



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

Aos 07 dias do mês de julho de 2020, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

- 1. Aprovação da ata n.º 41;**

- 2. Discussão e votação do Parecer da Proposta de Lei n.º 34/XIV/1.ª (GOV) - "Prorroga o prazo de um regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e altera as regras sobre endividamento das autarquias locais";**
Autor: Deputado Duarte Alves (PCP)

- 3. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 388/XIV/1.ª (CH) - "Aditamento à Lista I anexa ao Código do IVA com a inclusão dos serviços prestados na área do exercício físico nos ginásios, clubes de fitness e de saúde";**
Autor: Deputado Alexandre Poço (PSD)

- 4. Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 461/XIV/1.ª (Ninsc) - "Programa de Investimento Ferroviário de Longo Curso (PIFeLoC)";**
Cabe ao GP CDS-PP
Comissão competente: 6.ª CEIOPH

- 5. Deliberação sobre escrutínio de iniciativas europeias COM (2020)240 - "Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida de imposto especial sobre o consumo de certos produtos alcoólicos produzidos nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores";**
Cabe ao GP PS



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

6. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, dos Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.ª (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação" e do Projeto de Lei n.º 270/XIV/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio";

7. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, do Projeto de Lei n.º 260/XIV/1.ª (PSD) - "Reparação das injustiças fiscais contra os pensionistas";

8. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, dos Projeto de Lei n.º 410/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Procede à interpretação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, clarificando o âmbito de aplicação retroativa do artigo 74.º do Código do IRS" e do Projeto de Lei n.º 441/XIV/1.ª (PS) - "Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando a aplicação do artigo 74.º";

9. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, do Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)";

10. Outros assuntos.

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação da ata n.º 41;

A ata foi aprovada por unanimidade, com a ausência do BE, CDS, PAN, CH e IL.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

2. Discussão e votação do Parecer da Proposta de Lei n.º 34/XIV/1.ª (GOV) - "Prorroga o prazo de um regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e altera as regras sobre endividamento das autarquias locais";

Autor: Deputado Duarte Alves (PCP)

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) apresentou o parecer de que foi autor. A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD), apresentou os seus cumprimentos pelo parecer emitido, dizendo que o PSD concorda com o mesmo e que o votará favoravelmente. O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu a palavra para cumprimentar também o Senhor Deputado Duarte Alves.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE, CDS, PAN, CH e IL.

3. Discussão e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 388/XIV/1.ª (CH) - "Aditamento à Lista I anexa ao Código do IVA com a inclusão dos serviços prestados na área do exercício físico nos ginásios, clubes de fitness e de saúde";

Autor: Deputado Alexandre Poço (PSD)

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) apresentou o parecer de que foi autor, posto o que foi cumprimentado pelo Senhor Presidente.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, com a ausência do BE, CDS, PAN, CH e IL.

4. Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 461/XIV/1.ª (Ninsc) - "Programa de Investimento Ferroviário de Longo Curso (PIFeLoC)";

Cabe ao GP CDS-PP

Comissão competente: 6.ª CEIOPH



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente disse que cumpria decidir se a COF iria emitir parecer, uma vez que tem competência conexa. Os Senhores Deputados presentes abstiveram-se de se pronunciar sobre o tema, tendo decidido deixar à consideração da Senhora Deputada Cecília Meireles, a quem competirá a autoria do parecer se este vier a ser emitido, se será de emitir parecer.

5. Deliberação sobre escrutínio de iniciativas europeias COM (2020)240 - "Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida de imposto especial sobre o consumo de certos produtos alcoólicos produzidos nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores";

Cabe ao GP PS

O senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse que iria indicar, até amanhã, o Deputado relator.

6. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, dos Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.ª (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação" e do Projeto de Lei n.º 270/XIV/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio";

O Senhor Presidente disse ter recebido mensagem do Senhor Deputado André Silva (PAN), ausente da reunião, solicitando que a iniciativa constante do ponto 9 da OD, seguisse a metodologia definida neste ponto.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu que o objetivo seria a conclusão do processo legislativo até à suspensão dos trabalhos para férias. Neste sentido, sugeriu que se marcasse uma data para apresentação de propostas de alteração, que poderia ser o dia 17 e, de seguida, se procedesse a votação, no dia 21, não havendo necessidade, por parte do PSD, de proceder a mais diligências.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu um prazo para sugerir eventuais diligências adicionais, tendo ficado fixado, para esse efeito, o dia seguinte, 8 de julho.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

Assim, relativamente aos pontos 6 e 9 ficou consensualizado que: (i) até dia 8 de julho seriam apresentadas eventuais diligências adicionais pelos partidos; (ii) até 17 de julho, seriam apresentadas eventuais propostas de alteração; e (iii) a 21 de julho, seria realizada reunião para votação.

7. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, do Projeto de Lei n.º 260/XIV/1.ª (PSD) - "Reparação das injustiças fiscais contra os pensionistas";

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), sugeriu que se adotasse para este ponto a metodologia consensualizada para os pontos 6 e 9.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) acrescentou que, na sua perspetiva, a mesma metodologia deveria ser adotada para o ponto 8.

Ficou assim decidido também quanto aos pontos 7 e 8, seguir a metodologia consensualizada no ponto 6.

8. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, dos Projeto de Lei n.º 410/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Procede à interpretação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, clarificando o âmbito de aplicação retroativa do artigo 74.º do Código do IRS" e do Projeto de Lei n.º 441/XIV/1.ª (PS) -"Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando a aplicação do artigo 74.º";

Este ponto foi tratado conjuntamente com o ponto 7, para o qual se remete.

9. Definição da metodologia de nova apreciação na generalidade, do Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)";



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

Este ponto foi tratado conjuntamente com o ponto 6, para o qual se remete.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente sugeriu que, seguindo o mesmo espírito manifestado quanto às iniciativas legislativas referidas supra, fosse fixada para a Proposta de Lei 7/XIV “Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475”, a mesma metodologia, uma vez que já foi recebida a resposta por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, que estava pendente.

De seguida, o Senhor Presidente apelou aos Senhores Deputados, em particular aos pertencentes ao GP do PS e PSD, para que, na audição do Professor Doutor Mário Centeno a realizar no dia seguinte, utilizassem também a videoconferência, tendo em conta as condições físicas da sala onde se realizará a audição.

O senhor Presidente referiu ainda, para informação, que os senhores Deputados já receberam o parecer do Conselho de Finanças Públicas prévio à audição que se realizará na sexta-feira, sobre a Lei de enquadramento Orçamental. Sobre o mesmo tema, disse ainda que, se realizará, na próxima terça-feira, 14 de julho, pelas 10h00, a audição do Tribunal de Contas, por videoconferência, e pelas 15h00, a audição da Secretária de Estado do Orçamento. Assim, e como consensualizado, a mesma metodologia já referida, deverá ser seguida para esta proposta de lei, para que seja incluída no último plenário desta sessão legislativa, i.e., no plenário de dia 23 de julho de 2020.

O senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para dizer que, numa lógica de cooperação institucional, existindo várias iniciativas que vão ser discutidas nos próximos dias, faria sentido indagar junto do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, aquelas que são urgentes, de modo a definir, desde já quanto a estas, a respetiva metodologia. Referiu, como exemplos, as propostas de lei n.º 12, 16, 48, 40, 43 e 34.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

Mais solicitou, quanto à audição relativa à Conta Geral do Estado de 2018 a realizar no próximo dia 15 de julho que, dada a importância do tema, seja dado um tratamento especial que possa ir até aos 5 minutos afetos a este tema na terceira ronda, o que foi aceite por todos, tendo sido pois retificada a grelha de tempo da audição.

O Senhor Presidente agradeceu a antecipação tendo ficado acordado, quanto às iniciativas ainda não discutidas em plenário que, na sexta-feira, seria indicado pelos partidos se teriam intenção de solicitar audições quanto a estas iniciativas.

O Senhor deputado Fernando Anastácio (PS) referiu, por fim, que haveria ainda que ratificar, em reunião da COF, as votações do Grupo de Trabalho sobre Comissões bancárias.

Ficou ainda de ser definida, em momento subsequente, a data da reunião ordinária da próxima semana, para quarta-feira à tarde ou quinta-feira de manhã.

A reunião foi encerrada às 14:39 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 julho 2020.

O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 48/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
Carlos Brás
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Gouveia
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
Alexandre Poço
Isaura Morais
Joana Lima
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Cecília Meireles
Mariana Mortágua
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
André Silva
Carlos Silva
João Cotrim de Figueiredo